DECLARAÇÃO À IMPRENSA DOS ATORES NÃO ESTATAIS AFRICANOS (NSAS) NA ABERTURA DA COP30
BELÉM, BRASIL | 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Mensagem da África ao mundo: a COP30 deve marcar um ponto de inflexão para a justiça climática e a solidariedade global

À medida que a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) se inicia em Belém, Brasil, os atores não estatais africanos, representando mais de 10.000 vozes da sociedade civil, jovens, mulheres, grupos religiosos, trabalhadores, acadêmicos e comunidades da linha de frente, estão unidos por uma mensagem: **esta deve ser a COP que traga justiça, recursos e ações equitativas.**

A COP30, corretamente chamada de COP do Povo, relembra o espírito das Convenções do Rio de 1992. No entanto, ela se desenrola em um mundo tensionado por crises sobrepostas: clima, dívida, desigualdade e fragmentação geopolítica. Para a África, essas crises definem a realidade diária de milhões de pessoas cujos meios de subsistência, saúde e segurança já estão sob cerco.

Hoje, reafirmamos a determinação da África em liderar com ousadia, dizer a verdade ao poder e exigir resultados que reflitam nossas realidades e defendam nossos direitos.

Nossas principais expectativas e demandas

1. Justiça climática e equidade não são negociáveis

A África chega à COP30 unida em torno do princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. A justiça climática e a equidade devem estar na base de todas as decisões. O direito do continente ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza não pode ser trocado em nome de ambições definidas noutro lugar.

2. A adaptação deve vir acompanhada de meios de implementação

O Objetivo Global de Adaptação (GGA) não pode basear-se apenas em indicadores. Sem financiamento, os indicadores são promessas vazias. A África exige que o financiamento para a adaptação seja triplicado até 2030 — concedido na forma de subsídios, não de empréstimos — e que seja dada prioridade à adaptação liderada localmente, às mulheres e aos jovens no centro da tomada de decisões.

3. O financiamento climático é um direito, não caridade

O Roteiro Baku-Belém deve cumprir sua meta anual de US$ 1,3 trilhão até 2035, começando com uma meta anual de US$ 300 bilhões que priorize a adaptação e as perdas e danos. Este financiamento deve ser novo, adicional, previsível e baseado em subvenções. Os empréstimos não são financiamento climático; são dívida climática.

4. Reformar a arquitetura financeira global para a justiça

Apelamos a reformas profundas nos sistemas financeiros globais para pôr fim à crise da dívida africana, cancelar dívidas ilegítimas e democratizar as instituições multilaterais. O financiamento climático não deve reforçar a dependência, mas expandir o espaço fiscal para transições justas e centradas nas pessoas.

5. Operacionalizar o Fundo de Perdas e Danos para as Comunidades da Linha da Frente

Após décadas de atraso, o Fundo de Perdas e Danos deve tornar-se totalmente operacional: acessível, simplificado e baseado em subsídios. Os compromissos voluntários equiparam a justiça à caridade, o que se afasta do espírito do Acordo de Paris. As reparações climáticas devem fluir diretamente para as comunidades afetadas, protegendo os meios de subsistência, os trabalhadores e as crianças deslocadas por catástrofes.

6. Apoiar a Transição Justa da África como um Bem Público Global

A transição justa da África é fundamental para a estabilidade global. Rejeitamos modelos extrativistas e medidas comerciais unilaterais, como o Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono, que punem as economias africanas. Em vez disso, pedimos investimentos em valor agregado local, empregos verdes decentes e governança regional de minerais críticos.

7. Reconhecer o acesso à energia como uma meta climática

Com 630 milhões de africanos ainda sem eletricidade, o acesso à energia é um imperativo moral e climático. A COP30 deve reconhecer formalmente o acesso à energia limpa e acessível como parte da estrutura global de mitigação e apoiar a meta da África de adicionar 300 GW de energias renováveis e alcançar 300 milhões de pessoas até 2030 sob a Missão 300.

8. A justiça de gênero é parte integrante da justiça climática

As mulheres e as meninas suportam os encargos climáticos mais pesados. Sua liderança deve ser reconhecida, dotada de recursos e protegida. A ação climática que ignora a equidade de gênero é injusta e insustentável.

9. Ancorar a transição justa na proteção social e no trabalho decente

Uma transição justa para a África deve criar empregos, proteger os trabalhadores e construir economias inclusivas. Todos os instrumentos de financiamento climático devem incluir salvaguardas trabalhistas e apoio à requalificação e ao emprego dos jovens em setores verdes.

10. Defender o multilateralismo e a solidariedade

Em um momento em que o nacionalismo e a negação das mudanças climáticas ameaçam o progresso coletivo, a COP30 deve renovar a fé no multilateralismo. O Norte Global deve mostrar boa fé honrando compromissos, reconstruindo a confiança e trabalhando em parceria, não com paternalismo.

Nosso apelo à ação

A mensagem da África para a COP30 é clara: **não buscamos simpatia, exigimos solidariedade. Não somos vítimas da crise; somos coautores da solução.** Mas a justiça exige que os responsáveis pelo problema assumam sua parte justa na resposta.

Que a COP30 em Belém marque o momento em que o mundo escolheu a equidade em vez do atraso, a parceria em vez da piedade e a justiça em vez da conveniência.

Emitido por:
Atores Não Estatais Africanos pela Justiça Climática
Facilitado pela Aliança Pan-Africana pela Justiça Climática (PACJA)

Contato:
Secretariado Continental da PACJA
Kabarnet Road, Nairóbi, Quênia
info@pacja.org | www.pacja.org